

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DE PREGÃO PELA INTERNET

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de efficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires, conforme especificações constantes dos anexos, que faz parte integrante deste edital.

DADOS DO INTERESSADO:

Nome.....

RGcargo/função.....

Empresa

Endereço

Fone Fax C.N.P.J.

Bairro:Cidade:Estado:

E-mail:

O adquirente, acima qualificado, que subscreve o presente, declara, por este e na melhor forma de direito, que CONFERIU E RETIROU, toda a documentação referente ao **Pregão n.º 040/19**, atestando que foram fornecidas todas as informações necessárias e suficientes para elaboração da proposta comercial, bem como dos documentos necessários para habilitação.

Adquirente/assinatura

Ribeirão Pires, de2019.

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, por meio do fax (11) 4828-9865 ou pelo e-mail licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO n.º 040/19

PROCESSO DE COMPRAS n.º 2124/2019

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de efficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires -SP, conforme especificações constantes dos anexos, que faz parte integrante deste edital.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria de Serviços Urbanos.

TIPO: Menor Preço Global

Data de recebimento dos envelopes: 10/05/19 às 09:30 horas

Data de abertura dos envelopes: 10/05/19 às 10:00 horas

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, através da Secretaria de Infraestrutura Urbana, fará realizar na sala de reuniões da mesma, situado na Rua Miguel Prisco, n.º 288, prédio do Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, licitação na modalidade PREGÃO, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para Registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de efficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires - SP.

O presente Pregão será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, a Lei Federal n.º 10.520/02, os Decretos Municipais n.ºs 5.268/03 e 5.269/03, e com as normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I – Modelo da Proposta que deverá ser apresentada pela proponente e planilha estimativa de quantidades;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Projeto Básico;

ANEXO IV - Modelo de documento de credenciamento de representante da empresa a ser apresentado pelos interessados para participação na presente licitação;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO V - Declaração Prévia de Habilitação;

ANEXO VI - Modelo de Declaração de ME e EPP;

ANEXO VII – Modelo de Declaração;

ANEXO VIII - Declaração de destinação final dos materiais;

ANEXO IX – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

ANEXO X – Modelo de Declaração da licitante que tem conhecimento dos locais onde serão executados os serviços, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura não existindo nenhuma dúvida sobre o trabalho a ser executado;

ANEXO XI – Minuta do compromisso de prestação dos serviços;

ANEXO XII – Termo de Ciência e de Notificação;

ANEXO XIII - Decreto de nomeação do pregoeiro e equipe de apoio.

Os interessados em obter cópia do edital e respectivos anexos deverão acessar o site: www.ribeiraopires.sp.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem como objeto o Registro de preços para prestação de serviços de recomposição de pavimentação em Paralelepípedos e Bloquetes, em diversos locais do município, pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Compromisso.

1.2. A licitação será feita em lote único, conforme tabela constante do Anexo I.

1.3. Justifica-se este processo licitatório devido à decisão da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), contida no artigo 218 da Resolução nº 414/2010, fundamentada no artigo 30 da Constituição Federal, quanto à transferência de responsabilidade dos ativos de iluminação pública.

1.4. Nos serviços a serem prestados, serão considerados todos os custos diretos, indiretos e encargos, devendo estar de acordo com as normas e legislações vigentes, caso os serviços estejam em desacordo com o citado, a fiscalização reserva-se o direito de rejeitar todo ou em partes, sem nenhum ônus para a municipalidade.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade compatível com o objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

2.2.1. sob processo de falência;

2.2.2. impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Ribeirão Pires;

2.2.3. reunidas em consórcio.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.3. Para que as licitantes possam perfeitamente avaliar a natureza, o escopo e as dificuldades para a realização dos trabalhos, a elaboração da proposta poderá efetuar visita aos locais que serão objeto dos serviços, a partir do primeiro dia útil posterior à publicação do edital até a data da presente licitação. Para tanto, deverá agendar a visita na Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, através do telefone (11) 4828-1609 com o Sr. José Renato, na Secretaria de Serviços Urbanos. Após a vistoria, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, emitirá o Termo de Vistoria, o qual deverá ser juntado ao envelope nº 01 – Proposta de Preços (conforme modelo Anexo IX). **Caso o licitante não se interesse na realização da visita técnica deverá apresentar declaração expressa nesse sentido, responsabilizando-se pela correta formação de seus preços não podendo alegar desconhecimento das condições do local da prestação dos serviços para recusar-se a execução dos trabalhos e/ou manter o preço proposto (conforme modelo Anexo X).**

3. DAS DATAS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes "PROPOSTA" E "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues, até o dia **10 de Maio de 2019**, às **09:30 horas**, impreterivelmente, na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, n.º 288, prédio do Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, onde serão protocolizados.

3.2. A abertura dos envelopes se dará no mesmo dia às **10:00 horas**, no mesmo endereço acima indicado, na sala de licitações, em ato público.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTAÇÃO

4.1. DO ENVELOPE 01 "PROPOSTA DE PREÇOS"

O envelope 01 deverá conter a Proposta de Preços propriamente dita, bem como os demais documentos exigidos neste edital, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ENVELOPE N.º 01
PREGÃO N.º 040/19
ENVELOPE "PROPOSTA DE PREÇOS"
PROPONENTE:.....

4.2. DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTAÇÃO"

O envelope 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ENVELOPE N.º 02
PREGÃO N.º 040/19
ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"
PROPONENTE:.....

5. DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES

5.1. Aberta a sessão pública, a empresa deverá se apresentar para credenciamento perante o Pregoeiro, por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar do presente procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato do credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou qualquer outro

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

documento oficial equivalente (ANEXO IV);

5.1.1. No ato do credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar Declaração Prévia de Habilitação (ANEXO V), “dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e entregará os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório”, em cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do Artigo 4.º da Lei Federal 10.520/02. A não apresentação desta declaração, desclassificará a proposta da empresa.

5.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

5.2.1. Instrumento Público de Procuração, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado, para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos, com prazo de validade em vigor;

5.2.2. Instrumento Particular de Procuração, com firma reconhecida, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos;

5.2.3. Os Instrumentos relacionados nos itens 5.2.1 e 5.2.2 deverão estar acompanhados dos documentos a seguir arrolados, de forma a comprovar que a procuração foi feita por quem tinha poderes para tanto, bem como aferir se há pertinência e compatibilidade do objeto social da credenciada com o objeto licitatório, conforme segue:

5.2.3.1. Contrato Social ou Estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Empresária, e no caso de Sociedade Anônima acompanhado de documentos de eleição/designação de seus administradores (última Ata de Eleição);

5.2.3.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Empresa Individual;

5.2.3.3. Inscrição de Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.2.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

5.2.3.5. Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser ainda, juntada cópia autenticada do instrumento de procuração, do qual não deve constar vedação expressa da possibilidade de substabelecer.

5.2.4. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, pelos documentos acima arrolados que comprovem estas qualidades, bem assim seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária das representadas;

5.4. Os documentos supracitados poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente e serão retidos pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a esta licitação;

5.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.6. Por ocasião do credenciamento dos representantes das empresas licitantes, a empresa deverá, para se submeter ao regime especial da Lei Complementar nº 123/06, apresentar além dos demais documentos já exigidos, declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte (ANEXO VI), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

5.6.1. A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

5.7. A falta da declaração comprobatória da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da presente licitação, mas tão somente dos benefícios da referida Lei Complementar nº 123/06.

5.7.1. Caso a licitante tenha pretendido se utilizar do benefício da regularidade fiscal em momento posterior e não tenha sido qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será na fase de habilitação, INABILITADA.

6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, com as respectivas identificações, contendo:

6.2. Do envelope N.º 01 – Proposta de Preços:

6.2.1. As empresas deverão apresentar Proposta de Preço em papel timbrado, emitida por qualquer processo de informatização, em UMA ÚNICA VIA, devidamente assinada pelo responsável, escrita numa só face de cada folha, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá ser preenchida conforme o formulário que acompanha o presente (ANEXO I);

6.2.2. A apresentação da proposta implica a aceitação tácita de todas as cláusulas e termos deste edital, contendo:

6.2.2.1. Valor total da proposta, expresso em reais, em algarismo e por extenso, que corresponderá ao valor total da planilha de quantidades e preços;

6.2.2.2. Data-base (Mês da apresentação da proposta) e validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

6.2.2.3. Dados de conta bancária (n.º do banco, Agência e n.º da C/C) para o depósito do pagamento das medições, caso seja vencedor do certame.

6.3. Planilha de Quantidades e Preços apresentada em impresso próprio da licitante e conforme modelo constante do anexo I. É obrigatória a apresentação de preços unitários para **TODOS** os itens da Planilha, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

6.3.1. Todos os preços unitários da Planilha de Quantidades e Preços, estimados da Prefeitura de Ribeirão Pires, são máximos (art. 40, X, da Lei 8.666/93), ou seja, as licitantes não poderão apresentar preços unitários superiores aos mesmos.

6.3.2. A empresa licitante deverá declarar em sua proposta comercial, a marca/modelo de todos os equipamentos, bem como deverá declarar que se acaso vencedora do certame se compromete a apresentar os documentos, relacionados no item 12.2 e subitens.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.4. A proposta deverá ser emitida por qualquer processo de informatização, datada e assinada pelo representante legal da empresa devidamente identificado com o nome, RG e cargo.

6.5. Outras informações que a proponente julgar necessário para elucidação da sua proposta.

6.6. Na proposta apresentada consideram-se incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita e satisfatória execução dos serviços objetivados neste Edital, inclusive as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra especializada ou não, seguros em geral, auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, canteiro de obras, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços e complementares, conforme especificações constantes deste Edital, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à PREFEITURA DO MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURISTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

6.7. Os preços ofertados devem ter como referência o pagamento em até 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal, com o posterior recebimento definitivo do serviço pelo setor requisitante.

6.8. Para efeito de julgamento, havendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

6.9. Do envelope N.º 02 - Documentos de Habilitação:

6.9.1. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

6.9.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual ou;

6.9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores ou;

6.9.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;

6.9.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.9.1.5. Atestado original da visita técnica efetuada, expedido pela Secretaria de Serviços Urbanos ou Declaração de conhecimento dos locais onde serão executados os serviços, conforme item 2.3.

6.9.2. A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

6.9.2.1. Comprovação através de certidão atualizada de registro na entidade ou órgão competente (CREA), comprovando a regularidade da licitante (certidão de pessoa jurídica) e seus responsáveis técnicos (certidão de pessoa física), ao atendimento das normas exigidas para a obra, objeto desta licitação, com o devido prazo de validade legal.

6.9.2.2. **Capacidade técnico-profissional:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) em nome de profissional (is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que tenha vínculo profissional formal com o Licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para entrega da proposta. Tal (is) atestado(s) deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e deverá (ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT). Deverão ser comprovados as execuções dos seguintes serviços:

- Construção de redes de baixa tensão subterrâneas para iluminação pública;
- Fornecimento e instalação de Luminárias com tecnologia LED;
- Fornecimento e instalação de sistema de telegestão (supervisão remota), para controle de iluminação pública.

6.9.2.3 Comprovar que pertencem ao quadro permanente de empregados da empresa, através da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou de contratos de trabalho devidamente autenticados em cartório.

6.9.2.3.1. Caso os técnicos de nível superior sejam sócio(s) proprietário(s) ou diretor (es), não há necessidade de apresentação da documentação solicitada no item anterior, pois seu vínculo será comprovado através do Contrato Social já apresentado na habilitação jurídica.

6.9.2.4 Declaração de que o(s) responsável (eis) técnico(s) detentor (es) do(s) atestado(s) será(ão) o(s) responsável (eis) pela execução dos serviços, objeto deste edital, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente.

6.9.2.4.1 A declaração supra deverá ser assinada em conjunto pelo representante legal da empresa e pelo(s) Responsável (eis) Técnico(s) mencionado(s).

6.9.3. **Capacidade técnico-operacional:** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológicas e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado(s), em nome do licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove(m) a execução dos serviços ou obras baixo elencados, como dispõe o § 9º do Artigo 30 da Lei nº 8666/93:

- Construção de redes de baixa tensão subterrâneas para iluminação pública;
- Fornecimento e instalação de Luminárias com tecnologia LED, com no mínimo 560 pontos instalados;
- Fornecimento e instalação de sistema de telegestão (supervisão remota), para controle de iluminação pública, com no mínimo 50 pontos controlados.
- Comprovação de capacidade técnica através de declaração do fabricante dos equipamentos de telegestão a serem ofertados, habilitando o PROPONENTE para execução dos serviços de instalação e operação do sistema.

6.9.3.1 Para atendimento deste item, serão considerados todos os atestados em que conste o licitante como contratado principal, bem como, os decorrentes de subcontratação ou cessão, se formalmente autorizados pelo contratante, devidamente comprovado através de documentação pertinente. Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante.

6.9.3.2. Para fins de atendimento ao disposto no subitem 6.11.2.4, admitir-se-á o somatório de quantitativos consignados nos Atestados, de origem diversa.

6.9.3.3. Todas as certidões/atestados deverão ser fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado e apresentados em papel timbrado, no original ou cópia reprográfica

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação.

6.9.3.4. Será considerado inabilitado o licitante que deixar de apresentar, ou apresentar de forma incompleta, incompreensível, ilegível, com erro, omissão, qualquer exigência contida neste Edital.

6.9.3.5. As empresas estrangeiras deverão fornecer a documentação equivalente, expedida no País onde o Licitante esteja legalmente estabelecido, satisfatória para o Pregoeiro, que comprovem a sua habilitação, a fim de demonstrar a elegibilidade para a adjudicação do certame.

6.9.3.6. Caso a empresa vencedora do certame não for registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA do Estado de São Paulo, o respectivo Certificado de Registro deverá ser vistado pelo CREA de São Paulo, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194 de 24/12/66, em consonância com a resolução nº 413 de 27/06/97 do CONFEA.

6.9.4. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consiste em:

6.9.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.9.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

6.9.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS);

6.9.4.4. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários);

6.9.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.9.4.6. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

6.9.5. A documentação relativa à Regularidade Econômica-Financeira consiste em:

6.9.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social. As empresas que optarem pelo “Lucro Presumido” deverão apresentar cópia do recibo de entrega da última declaração de Imposto de Renda;

6.9.5.2. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (ILC), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 6.11.4.1, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$ILC = (AC / PC)$$

onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

6.9.5.3. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (ILG), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 6.11.4.1, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

$$ILG = [(AC + RLP) / (PC + ELP)]$$

onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

6.9.5.4. Apresentação do cálculo do Grau de Endividamento (GEN), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 6.11.4.1, demonstrando possuir índice menor ou igual a 0,50 (zero vírgula cinquenta). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$GEN = [(PC + ELP) / AT]$$

onde:

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

6.9.5.5. Certidão negativa de falência ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data fixada para abertura das propostas;

6.9.5.6. Será aceita a participação de empresas em recuperação judicial que já estiverem com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital. (Conforme Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

6.9.6. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

6.9.7. Quando a licitante for empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

6.9.8. Nesse caso, a licitante deverá ter representante residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

6.9.9 Todos os documentos exigidos aos licitantes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.9.10. As licitantes inscritas no Registro Cadastral da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, poderão apresentar o respectivo cartão, com prazo de validade em vigor na data prevista para sessão de abertura deste certame, no envelope "DOCUMENTAÇÃO", o qual **substituirá** as exigências habilitatórias constantes nos **subitens 6.9.1.1, 6.9.1.2, 6.9.1.3 e 6.9.1.4** e no **subitem 6.9.4.1**.

6.10. DECLARAÇÕES / OUTROS

6.10.1. As empresas licitantes deverão **apresentar declaração** sob as penas da lei, nos termos do anexo VII, devidamente assinada pelo representante legal de que:

- a) inexistem impedimentos para contratar com a Administração Municipal.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

b) Atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

c) indicação de quem assinará o termo de compromisso na hipótese de sagrar-se vencedor, conforme modelo do TCE:

Pelo COMPROMISSÁRIO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

6.10.2. Declaração de destinação final de materiais e equipamentos refugados, conforme modelo **Anexo VIII deste Edital.**

6.10.3. Declaração de que se obriga a manter durante toda a Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame.

6.10.4. Declaração formal sob as penas do artigo 299 do Código Penal, da disponibilidade em seu patrimônio as ferramentas, máquinas, equipamentos adequados e veículos operacionais próprios e certificados e não adaptados, visando atender às normas de segurança pertinentes ao objeto deste termo.

6.10.5. Na documentação deverá haver a Indicação e qualificação de quem subscreve os documentos e de quem assinará a Ata de Registro de Preços, na hipótese de adjudicação do objeto da licitação.

6.10.6. Nas certidões e demais documentos emitidos por órgãos ou instituições de direito público, será considerado como prazo de validade o limite da data expresso no próprio documento. Na ausência, somente serão considerados como válidos os documentos emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura dos envelopes.

6.10.7. Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação completa, ou apresentá-las com emendas e rasuras.

6.10.8. Aceitar-se-ão documentos emitidos via Internet, no original ou cópia autenticada, onde couber.

6.10.9. Considera-se positiva com efeito de negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

6.10.10. A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), quando houver recolhimento centralizado desses tributos.

6.10.11. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/06, serão observados os seguintes procedimentos:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

a) Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado;

c) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

7. DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

7.1. Os procedimentos a serem adotados para a realização do pregão observarão o disposto no Decreto Municipal n.º 5.268/03 e os seguintes:

7.1.1. No dia, hora e local designados neste edital, as licitantes deverão estar legalmente representadas por sócio, diretor ou por terceiros devidamente credenciados, com poderes específicos para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.1.2. Instalada a sessão pública do pregão, após o credenciamento dos participantes, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas comerciais. Em seguida, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos deste edital.

7.1.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente.

7.1.2.2. As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços.

7.1.3. No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes ofertantes de propostas de preços até 10% superiores a menor proposta, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.1.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.1.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.1.5. No caso de empate em duas ou mais propostas, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.1.5.1. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.1.4 deste edital, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese do item 7.1.4.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.5.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.1.4.1. deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique, aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.1.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta que oferecer menor preço com o parâmetro de preço definido no termo de referência constante nos autos, bem como sua exequibilidade.

7.1.7. O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados.

7.1.7.1. Não serão aceitos lances cujos valores forem iguais ou maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado.

7.1.7.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais relativos a este item, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa.

7.1.7.3. Todos os lances ofertados serão registrados em uma lista de classificação provisória que, ao final, será substituída por uma lista de classificação definitiva.

7.1.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de 1% (um por cento) entre os lances, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro.

7.1.9. Os representantes dos licitantes poderão comunicar-se livremente com suas sedes por meio de seus telefones celulares ou outro meio eletrônico disponível desde que não atrapalhem o bom andamento da sessão de julgamento.

7.1.10. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, a qual terá como critério o menor preço, observados os prazos máximos para entrega, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

7.1.11. Examinada a proposta classificada definitivamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

7.1.12. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação do proponente classificado em primeiro lugar.

7.1.13. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante classificado e habilitado será declarado vencedor.

7.1.14. Se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.1.15. Ao licitante que tiver a intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, e demais atos decorrentes da sessão, somente lhe será dada a palavra ao final da sessão, quando este poderá manifestar-se.

7.1.16. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata aos autos.

7.1.16.1. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.1.16.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante conforme previsto no item 7.1.16, importará na decadência do direito de recurso e na declaração do pregoeiro do licitante vencedor.

7.1.17. Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará o vencedor da licitação, encaminhando os autos do processo à autoridade competente, para homologação do certame e adjudicação do objeto, podendo revogar a licitação nos termos da Legislação em vigor.

7.1.18. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Administração, até a expirar-se a validade das propostas apresentadas.

7.1.18.1 Superada a etapa da assinatura do termo de compromisso, as licitantes deverão retirar os envelopes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados.

7.1.19. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital.

7.1.20. Nas situações previstas nos itens 7.1.5 e 7.1.6, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

7.1.21. Para efeito da avaliação da qualidade dos produtos licitados, poderá a Contratante realizar inspeções e demais diligências nas instalações das Licitantes, se julgar necessárias, ou solicitar a juntada de laudos técnicos expedidos por entidades oficiais ou particulares, de reconhecida idoneidade;

7.1.22. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, verificar a exatidão das informações prestadas pelos licitantes. Caso seja constatada a inveracidade de alguma informação, o licitante sofrerá as penalidades cabíveis.

8. DO PREÇO

8.1. O preço apresentado é fixo e irrevogável, e será registrado pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata.

9. DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A homologação do presente certame proceder-se-á pela autoridade competente, imediatamente após o julgamento e decurso dos prazos recursais ou a decisão dos recursos eventualmente interpostos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O Objeto do presente pregão deverá ser entregue conforme especificações constantes no **Projeto Básico – Anexo III** deste Edital, observando o seguinte:

10.1.1. Os serviços serão executados de forma FRACIONADA, de acordo com as necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos.

10.1.2. O prazo para serviços considerados de natureza comum será de até 3 (três) dias; já serviços considerados emergenciais em locais próximos a Delegacias, Unidades Básicas de Saúde, Fórum, Corpo de Bombeiros, Prefeitura, entre outros prédios públicos, além de locais com mais de 3 (três) pontos sequenciais apagados, a execução deverá ser imediata após solicitação expedida pelo órgão competente.

10.1.3. Os serviços serão prestados, conforme necessidade, nas ruas, vias, avenidas, praças, jardins, rotatórias, rodovias, estradas, agrovilas e assentamentos dentro da extensão territorial do município.

10.2. O prazo de vigência da ATA de Registro de Preços originada por esse processo licitatório será de **12 (doze) meses** contados da data de assinatura do Termo de Compromisso de Prestação de Serviços.

10.2.1. É vedado efetuar acréscimos aos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

11. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

11.1. Constatadas irregularidades no objeto da presente licitação, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo, determinando sua adequação ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.4.2. Para o seu recebimento, o Agente Fiscal da ATA de Registro de Preços, verificará a qualidade e especificações dos Serviços executados conforme a proposta ofertada, a conferência do Documento Fiscal e Atestará a Vigência do Termo de Compromisso em seu verso.

10.4.3. O aceite dos Serviços pelo setor competente da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, não exclui a responsabilidade do licitante vencedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnicos do serviço, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no respectivo Edital e verificadas posteriormente.

10.4.4. O não cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital autoriza a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES a suspender o pagamento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na presente convocação.

10.4.5. Caso a adequação não ocorra no prazo determinado, estará o licitante vencedor incorrendo em atraso na execução e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.

1.1. Os serviços serão recebidos pelo técnico responsável pela Fiscalização, nas seguintes condições:

11.1.1. Provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do detentor da Ata.

11.1.2. Definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação que comprove a adequação da execução dos serviços nos termos da Ata.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

11.1.3. A empresa vencedora é obrigada a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da Ata.

11.1.3.1 O técnico responsável pela Fiscalização deverá exigir o cumprimento desta obrigação, durante o prazo de vigência da(s) Ordem(ns) de Serviço, até a execução total dos serviços.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, se obrigando a atender prontamente reclamações, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços.

12.1.2. Dar prioridade aos pedidos da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

12.1.3. Fornecer toda mão-de-obra, material e equipamentos necessários para a execução dos serviços, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o aceite do serviço, obrigando-se a repará-lo de imediato.

12.1.4. Cumprir as prescrições das Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho.

12.1.5. Arcar com todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais decorrentes à execução dos serviços.

12.1.6. Tomar todas as precauções necessárias para, durante o desenvolvimento dos serviços, permitirem o livre acesso às edificações, bem como o fluxo de tráfego na área, tendo por obrigação, caso necessário, colocar sinalização e avisos necessários.

12.1.7. Durante a execução dos serviços, os funcionários deverão estar devidamente uniformizados e equipados com os equipamentos de proteção individual pertinentes, em atendimento às Normas Regulamentadoras números 10 e 35 do Ministério do Trabalho.

12.1.8. Caso algum Serviço não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a licitante vencedora deverá providenciar sua ADEQUAÇÃO no prazo máximo de até **3 (três) dias úteis**, contados da data de notificação expedida pela Contratante, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/1993 e no Código de Defesa do Consumidor.

12.1.9. A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

12.1.10. Mesmo os serviços sub-contratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa vencedora para ressarcimento do dano causado.

12.1.11. A licitante vencedora deverá buscar ao longo do Termo de Compromisso, colocar as instalações recebidas por ela, em conformidade com Normas Técnicas vigentes. Para isto, a licitante vencedora deverá propor à Prefeitura um programa de ação para adequação das instalações às normas vigentes.

- Promover a permanente manutenção dos equipamentos integrantes do Sistema de Iluminação Pública da Prefeitura.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- Promover, dentro do processo de operação e manutenção das instalações, a substituição de materiais e equipamentos para elidir todas as degradações ou deteriorações parciais ou completas das instalações ou de seus componentes do Sistema de Iluminação Pública, que terceiros, identificados ou não, venham a causar, com danos diretos ou indiretos, atos de vandalismo ou outros acontecimentos.
- Promover meios para assegurar o cumprimento das metas de otimização do Sistema de Iluminação Pública do Município.
- Executar os serviços contratados cumprindo as obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Termo de Compromisso, nos seus Anexos, assumindo os compromissos pelos resultados programados em consonância com os custos estimados, respeitando as normas legais que regulam sua atuação.
- Assumir todos os ônus decorrentes de falhas, omissões, defeitos de instalação e prejuízos outros derivados da má execução do Compromisso de Prestação de Serviços.
- Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários.
- Assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do Compromisso de Prestação de Serviços, independentemente da existência de culpa ou dolo por parte da licitante vencedora, salvo se provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do MUNICÍPIO ou da pessoa que sofreu o dano.
- Assegurar à Prefeitura o direito de fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das metas de qualidade na Manutenção do Sistema de Iluminação Pública.

12.2. A empresa que for declarada vencedora do certame deverá, em até 5 dias, podendo ser prorrogado por igual, mediante solicitação por escrito da licitante vencedora, a apresentar os seguintes documentos:

12.2.1. COMPROVAÇÕES DO FABRICANTE DE TELEGESTÃO:

Registro/Certidão de inscrição do fabricante dos equipamentos de Telegestão e de seus responsáveis técnicos no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** da região da sede do fornecedor.

Atestado (s) de capacidade técnica fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado com o devido acervo (CAT), registrado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sede do fabricante dos equipamentos de Telegestão, demonstrando a instalação e manutenção de sistema (s) de iluminação pública composta de softwares e equipamentos eletrônicos em no mínimo 560 (quinhentos e sessenta) pontos de iluminação pública com as seguintes características:

- Equipamento de transmissão sem fio conectado à luminária;
- Medição de consumo real de energia do conjunto de iluminação;
- Envio de comandos para atuação de ligar e desligar a luminária.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

12.2.2. COMPROVAÇÃO DO FABRICANTE:

CERTIFICAÇÕES:

Registro/Certidão de inscrição do fabricante dos equipamentos de Telegestão e de seus responsáveis técnicos no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** da região da sede do fornecedor.

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE emitido por organismo de certificação designado pela **ANATEL** quanto ao rádio comunicador e o dispositivo remoto de automação de iluminação.

TESTES E ENSAIOS:

Comprovar através de laudo técnico emitido por **laboratório acreditado em NBR/ISO/IEC 17025** a realização do ensaio abaixo descrito:

Impulso Combinado: Aplicação de impulso combinado nos terminais de alimentação do equipamento submetido ao ensaio.

Referências: Norma ABNT NBR 5123. Relé Fotoelétrico e Tomado para iluminação. Especificação e método de ensaio.

Certificado de Garantia emitido pelo fabricante dos Equipamentos de Telegestão ofertados, com reconhecimento de firma em cartório ou certificado digital de quem assinará o referido documento.

12.2.3. REQUISITOS TÉCNICOS DE DESEMPENHO PARA TODAS AS LUMINÁRIAS TECNOLOGIA LED:

Certificado de Conformidade vigente emitido por Organismo de Certificação e com a chancela do INMETRO, que comprove que as luminárias ofertadas já estão certificadas conforme PORTARIA 20 INMETRO;

Cópia da publicação no site do INMETRO (www.inmetro.gov.br/prodcert/produtos/lista.asp), mencionando as marcas e modelos ofertados pela licitante;

Registros, também emitidos pelo INMETRO, das marcas/modelos ofertados.

Certificado de Garantia emitido pelo fabricante das Luminárias ofertadas, com reconhecimento de firma em cartório ou certificado digital de quem assinará o referido documento;

ALÉM DOS RELATÓRIOS DE ENSAIOS ACIMA MENCIONADOS, AS LUMINÁRIAS DEVERÃO ATENDER INTEGRALMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PRESENTE EDITAL.

12.3. A não apresentação dos documentos solicitados no item 12.2, no prazo estabelecido, acarretará na desclassificação da licitante e impedirá a assinatura da Ata de Registro implicando na aplicação das sanções previstas em lei.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Para recebimento do pagamento pelos serviços prestados, o futuro COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR emitirá as respectivas faturas.

13.2. A Prefeitura, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da apresentação da medição pelo futuro COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, deverá proceder seu exame, aprovando-o, e liberando a seguir para o futuro COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR poder expedir as respectivas faturas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

13.3. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

13.4. Para fins de pagamento, haverá retenção de ISS, conforme legislação vigente no Município, em como IRF e INSS, nos casos que couber, respeitados os dispositivos legais.

13.5. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste o índice que vier a substituí-lo, ente a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

14. PENALIDADES

14.1. O futuro compromissário, que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir qualquer dos preceitos legais, serão aplicadas as penalidades previstas Cláusula Nona da Minuta de Compromisso de Prestação de Serviços, que faz parte integrante deste edital.

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Além do recurso administrativo já referido neste edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal n.º 5.269/03, e pela Lei Federal n.º 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

15.2. Os recursos cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, serão dirigidos ao Senhor Secretário de Serviços Urbanos, por intermédio do Pregoeiro, devendo ser protocolizados na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288, prédio do Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 16:00 horas dos dias úteis.

16. CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO

16.1. O futuro compromissário será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar o Compromisso de Fornecimento na pessoa do representante legal, ou de mandatário devidamente habilitado para tanto.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As eventuais despesas quando da utilização dos serviços oriundos do presente Registro de Preços correrão por conta da dotação orçamentária codificada sob n.º 3.3.90.39.00 15.451.0021.2.212.

17.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Edital de Pregão, ou ainda impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no artigo 16 do Decreto 5269/03 e no art. 41, § 2º, da Lei 8.666/93. Tal impugnação deverá ser protocolizada na Gerência de Suprimentos cujo endereço consta no preâmbulo deste.

17.3.1. A autoridade superior deverá decidir sobre a impugnação, no prazo legal, antes da abertura do certame.

17.3.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do presente Pregão.

17.4. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estabelecido acima, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

17.5. A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste Pregão, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

17.6. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada da apresentação de CPF e RG, em se tratando de pessoa física; e, em se tratando de pessoa jurídica, do respectivo Ato Constitutivo (por documento original, cópias autenticadas ou cópia simples para serem autenticadas por servidor da Gerência de Suprimentos antes do protocolo da referida impugnação).

17.6.1. Caso a impugnação seja assinada por procurador, deverá anexar o Instrumento de Procuração que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

17.7. As quantidades/serviços, objeto da presente licitação são estimadas, sendo facultada a Secretaria de Serviços Urbanos, a contratação de quantidades/serviços superiores ou inferiores ao previsto, conforme artigo 24 do Decreto Municipal n.º 5.268/03.

17.8. Os autos do processo de licitação somente terão vista franqueada aos interessados a partir da intimação das decisões recorríveis.

17.9. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente dos envelopes.

17.10. Nos termos do Decreto Municipal n.º 6.679/17, o pregoeiro designado para a presente licitação é o Sr. Adriano Dias Campos, auxiliado pela equipe de apoio nomeada pelo Decreto n.º 6.681/17. Na ausência do Pregoeiro designado, procederá a licitação qualquer outro pregoeiro presente, nomeado pelo decreto acima.

Ribeirão Pires, 26 de Abril de 2019.

ADRIANO DIAS CAMPOS
Pregoeiro

DIOGO DANTAS MANERA
Secretário de Serviços Urbanos

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA E PLANILHA DE QUANTIDADES

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO N.º 040/19

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., inscrição estadual n.º, estabelecida à Av./Rua, n.º, bairro....., na cidade de, telefone....., fax, vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **Registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de eficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires -SP**, conforme especificações contidas nos anexos que integram este edital, por 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do presente edital.

- 1 - Os preços ofertados têm como referência o prazo para pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura. Nos preços estão inclusas todas as despesas com o fornecimento, inclusive tributos, encargos e todas as demais despesas e/ou descontos que porventura possam recair sobre o fornecimento.
- 2 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura dos envelopes "PROPOSTA".
- 3 - Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO N.º

NOME DA AGÊNCIA N.º

NÚMERO DA CONTA

Local, ____ de _____ de 2019.

(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO III - PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Constitui objeto desta licitação, o registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de efficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires -SP

2. OBJETIVO

O objetivo deste Projeto Básico é estabelecer condições técnicas que norteiem a prestação de serviços operacionais do Parque de Iluminação Pública do município de Ribeirão Pires, compreendendo a execução de melhorias e modernização contínuas do Parque, mediante fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramental necessários, bem como a retirada e a entrega dos equipamentos existentes no parque de iluminação do município no almoxarifado da Prefeitura, além do descarte adequado das lâmpadas conforme normas aplicáveis por empresa habilitada e especializada.

3. JUSTIFICATIVA

Querendo melhorar substancialmente a qualidade do parque de iluminação de nossa cidade, tornando nossas ruas mais seguras e melhor iluminadas, pretendemos substituir as luminárias com lâmpadas vapor de sódio por luminárias com tecnologia a LED.

A acessibilidade e segurança são dois fatores que tornam a iluminação pública tão importante em nossa rotina. Primeiro, para enxergarmos pavimentos e movimentação, o que parece quase impossível sem ela à noite; segundo, precisamos dela para nos sentirmos seguros. Se a luz não ilumina o suficiente, você pode não enxergar direito um buraco na rua, as cores não são fiéis à realidade, o comércio fecha mais cedo, as pessoas evitam ficar paradas em faróis.

A evolução da tecnologia de iluminação por LEDs tem demonstrado ser o caminho natural para a substituição da tradicional Iluminação Pública. Com grandes vantagens em relação às fontes convencionais de luz (incandescente, halógena, fluorescente e por descarga de gás), os mais recentes avanços na utilização de LEDs para a iluminação apresentam as seguintes características:

- Longa Vida útil: superior a 60.000 hs com perda inferior a 10% em seu fluxo luminoso ao final desse período;
- Mínima manutenção;
- Alta eficiência energética: economias em energia podem ser superiores a 50%;
- Permitem uma grande liberdade no desenvolvimento e design de luminárias;
- Emitem “luz direta”;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- Quando brancos, possuem alto índice de reprodução de cores, superiores aos índices obtidos pelas lâmpadas tradicionais, melhorando a visibilidade e a segurança;
- Acendem instantaneamente;
- São robustos e a prova de vibração;
- Não emitem raios Ultravioleta e raios Infra Vermelhos;
- Não se aquecem demasiadamente, permitindo operação e manutenção segura;
- Não são agressivos ao meio ambiente (sem mercúrio e sem chumbo);
- Equipados com difusores e lentes para a dispersão da luz gerada, proporcionam iluminação mais uniforme e com menor ofuscamento;
- Contribuem significativamente para a redução da poluição luminosa do planeta;
- Podem ter sua cor alterada dinamicamente;
- Podem ter seu fluxo luminoso, alterado dinamicamente (“dimerização”).

Dadas essas importantes características e em especial a longa vida útil, superior a 10 anos com pequena depreciação do fluxo luminoso e mínima manutenção, Luminárias Públicas de LEDs, tendem a fazer parte do “mobiliário urbano”.

4. TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES

Para a adequada interpretação do presente Projeto Básico são apresentadas as seguintes definições complementares:

a) Sistema de Iluminação Pública

É o conjunto composto de todas as unidades de iluminação pública (UIP) do parque de iluminação do município.

b) Parque de Iluminação Pública

É compreendido como o conjunto de todos os equipamentos elétricos utilizados na iluminação pública do município, tais como: avenidas, ruas, praças, parques e demais **logradouros públicos**.

c) Unidades de Iluminação Pública

Como “Unidade de Iluminação Pública”, define-se um conjunto completo constituído por luminária ou projetor com todos os acessórios indispensáveis ao seu acionamento e funcionamento, instalada em ruas, avenidas, praças ou em outros logradouros públicos, tais como vielas, becos, escadarias, viadutos, praças, passeios, orlas, ciclovias, parques, pontes, áreas esportivas, monumentos naturais e históricos etc. e que será, doravante, denominada simplesmente “UIP”. São tipos básicos das Unidades de Iluminação Pública:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- **Unidade Aérea:** Unidade normalmente instalada em postes de concreto **alimentada por circuito aéreo de BT**;
- **Unidade Subterrânea:** Unidade normalmente em poste de concreto ou aço com alimentação por circuito subterrâneo;
- **Unidade Ornamental:** Tipo de Unidade Subterrânea caracterizada por **elementos de concepção histórica ou decorativa**;
- **Unidades Especiais:** Unidades de concepção e instalação diferenciadas, por motivos urbanísticos e/ou altura diferenciada, estando também neste grupo as unidades destinadas a Iluminação de Equipamentos Urbanos, quais sejam, iluminação de destaque de monumentos, fachadas de edifícios, Obras de Arte Especiais e outras de valor histórico, cultural ou ambiental.

d) Ponto de iluminação Pública.

É o conjunto de iluminação com uma determinada coordenada geográfica. Por exemplo, um poste que contenha três pétalas, se constituirá num ponto, tendo em vista que as coordenadas das três pétalas serão as mesmas.

e) Serviços de modernização de melhorias

Atividade programada e executada mediante solicitação prévia da PMA< que consiste na substituição de unidade existente por outra configuração de montagem ou tecnologia, que visem a modernização e a eficiência energética, ou seja, redução de consumo de energia elétrica.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- a) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA EXECUTAR OBRAS DE EFICIENTIZAÇÕES E EXPANSÕES NO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS URBANAS TECNOLOGIA LED, CONTROLADAS ATRAVÉS DE SISTEMA DE TELEGESTÃO E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM VIAS E PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES –SP

6. MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

6.1. Todos os materiais e equipamentos integrantes do SIP serão fornecidos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, exceto as luminárias LED, que devem ter garantias mínimas de 5 (cinco) anos.

6.2. Todos os materiais a serem utilizados na iluminação pública e redes de distribuição deverão:

- a) obedecer às normas vigentes;
- b) ser vistoriados pela Fiscalização da PREFEITURA antes de sua utilização;
- c) obedecer às normas vigentes relacionadas ao objeto licitado;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

d) obedecer às normas abaixo especificadas:

- ABNT NBR 5101-Iluminação pública;
- ABNT NBR 15129-Luminárias para iluminação pública;
- ABNT NBR 5123-Relés fotoelétricos.

6.4 Especificação Técnica das luminárias, projetores e controladores LED a serem implantadas

6.4.1 Características técnicas das luminárias LED

Luminária Pública Urbana - LED - 70W - 8.300 lm - 4000K

Luminária para iluminação de vias públicas, corpo e tampa em alumínio injetado a alta pressão, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branca, alto-brilho, com tensão de alimentação de 120V a 240V ou mais amplo, 50/60Hz, potência máxima de 70W e fluxo luminoso mínimo de 8.300 lumens. Distribuição Transversal: Tipo II, Distribuição Longitudinal: Curta, Controle de Distribuição Luminosa: Totalmente Limitada. Os leds deverão ser do tipo High Power ou Mid Power, não sendo admitidos leds do tipo Low Power ou COB. As luminárias devem possuir tomada para fotocélula padrão NEMA de 7 pinos para instalação imediata de sistema de telegestão. Assim como a tomada, a luminária deve ser preparada para receber sistema de controle futuro e, para isso, deve possuir driver dimerizável com tecnologia 1-10V ou DALI. O sistema óptico deve ser feito através de lentes/refletores, posicionando a luz onde ela é necessária e minimizando o ofuscamento dos usuários. Grau de Proteção IP66 Total, tanto para o conjunto óptico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver e DPS). Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos. A abertura e fechamento da luminária deve permitir fácil acesso aos equipamentos, proporcionando manutenção conveniente, confiável, rápida e segura, sem perda de vedação e grau de proteção. O acesso ao alojamento para equipamentos auxiliares deverá ocorrer pela parte superior da luminária, evitando assim quaisquer riscos de quedas de componentes (driver / DPS) durante o seu processo de manutenção. Deverá possuir lente em vidro plano temperado ou polímero, IK 08 ou superior. Para qualquer material em polímero de aplicação externa do produto, incluindo o refrator e lentes, deverão seguir as indicações da norma ASTM G154, ciclo 3, na câmara de UV com um tempo de exposição de 2016h. Temperatura de cor de 4000K ($\pm 300K$). Índice de Reprodução de Cores (IRC), ≥ 70 . Vida útil mínima de 50.000 horas com L70 (manutenção de 70% do fluxo inicial). As luminárias devem possuir supressor de surtos de tensão de no mínimo 10kV / 10kA. Fator de potência de 0,92 ou superior. Distorção harmônica total de corrente de entrada em conformidade com a ABNT NBR 16026. Condição de operação: Temperatura – 5°C +50°C (no mínimo). Deverá possuir suporte para fixação em braço de poste tubular de 48 mm a 60 mm e permitir ajuste de inclinação de instalação no mínimo entre 0° a 15° na própria luminária (sem a utilização de adaptadores), utilizando pintura na cor cinza, resistente à corrosão. Garantia mínima de cinco anos contra defeitos de fabricação.

Luminária Pública Urbana - LED - 120W - 15.200 lm - 4000K

Luminária para iluminação de vias públicas, corpo e tampa em alumínio injetado a alta pressão, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branca, alto-brilho, com tensão de alimentação de 120V a 240V ou mais amplo, 50/60Hz, potência máxima de 115W e fluxo luminoso mínimo de 15.200 lumens. Distribuição Transversal: Tipo II, Distribuição Longitudinal: Curta, Controle de Distribuição Luminosa: Totalmente Limitada. Os leds deverão ser do tipo High Power ou Mid Power, não sendo admitidos leds do tipo Low Power ou COB. As luminárias devem possuir tomada para

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

fotocélula padrão NEMA de 7 pinos para instalação imediata de sistema de telegestão. Assim como a tomada, a luminária deve ser preparada para receber sistema de controle futuro e, para isso, deve possuir driver dimerizável com tecnologia 1-10V ou DALI. O sistema óptico deve ser feito através de lentes/refletores, posicionando a luz onde ela é necessária e minimizando o ofuscamento dos usuários. Grau de Proteção IP66 Total, tanto para o conjunto óptico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver e DPS). Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos. A abertura e fechamento da luminária deve permitir fácil acesso aos equipamentos, proporcionando manutenção conveniente, confiável, rápida e segura, sem perda de vedação e grau de proteção. O acesso ao alojamento para equipamentos auxiliares deverá ocorrer pela parte superior da luminária, evitando assim quaisquer riscos de quedas de componentes (driver / DPS) durante o seu processo de manutenção. Deverá possuir lente em vidro plano temperado ou polímero, IK 08 ou superior. Para qualquer material em polímero de aplicação externa do produto, incluindo o refrator e lentes, deverão seguir as indicações da norma ASTM G154, ciclo 3, na câmara de UV com um tempo de exposição de 2016h. Temperatura de cor de 4000K (± 300 K). Índice de Reprodução de Cores (IRC), ≥ 70 . Vida útil mínima de 50.000 horas com L70 (manutenção de 70% do fluxo inicial). As luminárias devem possuir supressor de surtos de tensão de no mínimo 10kV / 10kA. Fator de potência de 0,92 ou superior. Distorção harmônica total de corrente de entrada em conformidade com a ABNT NBR 16026. Condição de operação: Temperatura – 5°C +50°C (no mínimo). Deverá possuir suporte para fixação em braço de poste tubular de 48 mm a 60 mm e permitir ajuste de inclinação de instalação no mínimo entre 0° a 15° na própria luminária (sem a utilização de adaptadores), utilizando pintura na cor cinza, resistente à corrosão. Garantia mínima de cinco anos contra defeitos de fabricação.

Luminária Pública Urbana - LED - 155W –20.000 lm - 4000K

Luminária para iluminação de vias públicas, corpo e tampa em alumínio injetado a alta pressão, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branca, alto-brilho, com tensão de alimentação de 120V a 240V ou mais amplo, 50/60Hz, potência máxima de 155W e fluxo luminoso mínimo de 20.000 lumens. Distribuição Transversal: Tipo II, Distribuição Longitudinal: Curta, Controle de Distribuição Luminosa: Totalmente Limitada. Os leds deverão ser do tipo High Power ou Mid Power, não sendo admitidos leds do tipo Low Power ou COB. As luminárias devem possuir tomada para fotocélula padrão NEMA de 7 pinos para instalação imediata de sistema de telegestão. Assim como a tomada, a luminária deve ser preparada para receber sistema de controle futuro e, para isso, deve possuir driver dimerizável com tecnologia 1-10V ou DALI. O sistema óptico deve ser feito através de lentes/refletores, posicionando a luz onde ela é necessária e minimizando o ofuscamento dos usuários. Grau de Proteção IP66 Total, tanto para o conjunto óptico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver e DPS). Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos. A abertura e fechamento da luminária deve permitir fácil acesso aos equipamentos, proporcionando manutenção conveniente, confiável, rápida e segura, sem perda de vedação e grau de proteção. O acesso ao alojamento para equipamentos auxiliares deverá ocorrer pela parte superior da luminária, evitando assim quaisquer riscos de quedas de componentes (driver / DPS) durante o seu processo de manutenção. Deverá possuir lente em vidro plano temperado ou polímero, IK 08 ou superior. Para qualquer material em polímero de aplicação externa do produto, incluindo o refrator e lentes, deverão seguir as indicações da norma ASTM G154, ciclo 3, na câmara de UV com um tempo de exposição de 2016h. Temperatura de cor de 4000K (± 300 K). Índice de Reprodução de Cores (IRC), ≥ 70 . Vida útil mínima de 50.000 horas com L70 (manutenção de 70% do fluxo inicial). As luminárias devem possuir supressor de surtos de tensão de no mínimo 10kV / 10kA. Fator de potência de 0,92 ou superior. Distorção harmônica total de corrente de entrada em conformidade com a ABNT NBR 16026. Condição de operação: Temperatura – 5°C +50°C (no mínimo). Deverá possuir suporte para fixação em braço de poste tubular de 48 mm a 60 mm e permitir ajuste de inclinação de instalação no mínimo entre 0° a 15° na própria luminária (sem a utilização de adaptadores), utilizando pintura na cor cinza, resistente à corrosão. Garantia mínima de cinco anos contra defeitos de fabricação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Luminária Pública Urbana - LED - 235W - 30.100 lm - 4000K

Luminária para iluminação de vias públicas, corpo e tampa em alumínio injetado a alta pressão, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branca, alto-brilho, com tensão de alimentação de 120V a 240V ou mais amplo, 50/60Hz, potência máxima de 235W e fluxo luminoso mínimo de 30.100 lumens. Distribuição Transversal: Tipo II, Distribuição Longitudinal: Curta, Controle de Distribuição Luminosa: Totalmente Limitada. Os leds deverão ser do tipo High Power ou Mid Power, não sendo admitidos leds do tipo Low Power ou COB. As luminárias devem possuir tomada para fotocélula padrão NEMA de 7 pinos para instalação imediata de sistema de telegestão. Assim como a tomada, a luminária deve ser preparada para receber sistema de controle futuro e, para isso, deve possuir driver dimerizável com tecnologia 1-10V ou DALI. O sistema óptico deve ser feito através de lentes/refletores, posicionando a luz onde ela é necessária e minimizando o ofuscamento dos usuários. Grau de Proteção IP66 Total, tanto para o conjunto óptico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver e DPS). Não deve possuir orifícios ou cavidades que acumulem sujeira ou permitam a entrada de insetos. A abertura e fechamento da luminária deve permitir fácil acesso aos equipamentos, proporcionando manutenção conveniente, confiável, rápida e segura, sem perda de vedação e grau de proteção. O acesso ao alojamento para equipamentos auxiliares deverá ocorrer pela parte superior da luminária, evitando assim quaisquer riscos de quedas de componentes (driver / DPS) durante o seu processo de manutenção. Deverá possuir lente em vidro plano temperado ou polímero, IK 08 ou superior. Para qualquer material em polímero de aplicação externa do produto, incluindo o refrator e lentes, deverão seguir as indicações da norma ASTM G154, ciclo 3, na câmara de UV com um tempo de exposição de 2016h. Temperatura de cor de 4000K ($\pm 300K$). Índice de Reprodução de Cores (IRC), ≥ 70 . Vida útil mínima de 50.000 horas com L70 (manutenção de 70% do fluxo inicial). As luminárias devem possuir supressor de surtos de tensão de no mínimo 10kV / 10kA. Fator de potência de 0,92 ou superior. Distorção harmônica total de corrente de entrada em conformidade com a ABNT NBR 16026. Condição de operação: Temperatura – 5°C +50°C (no mínimo). Deverá possuir suporte para fixação em braço de poste tubular de 48 mm a 60 mm e permitir ajuste de inclinação de instalação no mínimo entre 0° a 15° na própria luminária (sem a utilização de adaptadores), utilizando pintura na cor cinza, resistente à corrosão, atendendo a normativa RohS (não conter chumbo ou mercúrio). Garantia mínima de cinco anos contra defeitos de fabricação.

6.5. Todos os insumos retirados da planta de iluminação pública poderão ser descartados somente após autorização da fiscalização da Contratante.

6.6. Lâmpadas, relés e reatores retirados da planta de iluminação de Ribeirão Pires, em hipótese alguma deverão ser quebrados. Estes insumos deverão ser destinados às empresas que tenham autorização para o descarte dos mesmos por órgãos ambientais competentes.

6.7. Todos os materiais a serem utilizados na iluminação pública e redes de distribuição deverão ser vistoriados pela Fiscalização da PREFEITURA antes de sua utilização ou aplicação.

7. SISTEMA DE CONTROLE DE ILUMINAÇÃO INTELIGENTE

7.1. CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE GESTÃO E TELEGESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

INTRODUÇÃO

Os sistemas de gestão e telegestão da iluminação pública consistem numa solução para gerenciar de forma pró ativa parques de iluminação pública, trazendo aumento de eficiência na gestão do serviço, racionalizando custos e aumentando a segurança da população por meio de uma iluminação mais eficiente.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Tal sistema deverá possuir a funcionalidade de ligar e desligar um ponto de iluminação, permitindo o controle automático da iluminação de praças, parques, vias, pontes, viadutos, etc., além de medir o consumo de energia elétrica e detectar em tempo real a atividade das lâmpadas e periféricos, dinamizando a correção de falhas, possibilitando assim o acionamento imediato de equipes de manutenção. Também deverá possibilitar o controle de fluxo luminoso (Dimerização) de luminárias LED e a programação (multiprogramações diárias) de eventos como ligar, desligar e dimerizar.

Deverá ser composto por dispositivo remoto com capacidade de conexão em rede inteligente de comunicação, gerenciador de rede capaz de administrar automaticamente todos os dispositivos conectados em rede, dispositivo móvel de operação direta na rede e softwares de gestão e operação, bem como, integrações com outros sistemas.

Funcionalidades genéricas dos componentes do sistema:

- **Equipamento remoto**

Dispositivo instalado junto à luminária cuja finalidade é gerenciar seu funcionamento através de sensores enviando mensagens sobre o status do conjunto de iluminação e do recebimento de comandos de programação e atuação possui capacidade de medir e transmitir informações referentes ao consumo de energia de cada conjunto. Também tem funcionalidade de permitir a formação de uma rede de comunicação em malha (Rede Mesh), através de dispositivo de comunicação sem fio embarcado.

- **Gerenciador de rede**

Equipamento responsável pelo gerenciamento de dispositivos diversos conectados em rede e da comunicação com o sistema de processamento e gerenciamento das informações obtidas da rede localizados em servidores remotos (*Cloud Computing*)

- **Softwares de gestão**

Conjunto de softwares que possibilitam a operação e gestão do sistema de telegestão e telemetria da iluminação pública. Os softwares permitem a gestão e controle de todos os dispositivos instalados em rede via CCO (Centro de Controle de Operações) através de conexão Web e também o controle através de dispositivos móveis (Smartphone, Tablet e PDA).

- **Dispositivo móvel de operação**

Equipamento portátil (*walking by*) com capacidade de operação direta nos dispositivos conectados em rede que também pode ser usado como alternativa de contingência para uma eventual queda do gerenciador de rede.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS DO SISTEMA DE TELEGESTÃO, ORDENS DE SERVIÇO E GESTÃO DE MATERIAIS

ARQUITETURA DOS SISTEMAS DE GESTÃO E TELEGESTÃO

- Operar em plataforma WEB, compatível com os principais navegadores de mercado independentemente do sistema operacional instalado na máquina.
- Possuir uma única interface de Usuário, totalmente WEB, por onde o mesmo acessará o sistema e executará todas as funções relacionadas à GESTÃO e TELEMETRIA, de forma que tenha acesso unificado a todas as funcionalidades do sistema diferenciando o tipo de acesso pelo perfil do

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

usuário.

- Possuir a condição de salvamento de comandos enviados demonstrando seu sucesso ou falha, tempo de execução, parâmetros enviados.
- Permitir a exportação de resultados das consultas nos mapas em formato KMZ de forma nativa e interativa, sem customização por meio de código fonte.
- Permitir a exportação de resultados das informações mostradas em relatórios em formato CSV E XML de forma nativa e interativa, sem customização por meio de código fonte.
- Possuir módulo administrativo que permita ao administrador do sistema, a criação de perfis de acesso, definição de aplicações e suas permissões, específicas para cada aplicação.
- Possuir ferramenta de controle que permita que o administrador do sistema aplique nos perfis de usuários regras específicas, de forma a restringir e liberar acesso ao sistema conforme o perfil definido.
- Possuir ferramenta de controle que permita que o administrador do sistema vincule o usuário a vários perfis, bem como associar um perfil a vários usuários.
- Possuir ferramenta de controle que permita ao administrador do sistema a criação de padrões de senha, tais como: tamanho, caracteres permitidos e caracteres especiais, bem como, uma lista de senhas não permitidas.
- Possuir ferramenta que permita a criação de arquivos de integração através de interface gráfica, possibilitando que o resultado dos filtros provenientes desses serviços WEB sejam gerados formato de arquivo XLS, CSV nativo ou outro uma vez definido pelo cliente.
- Possuir no sistema condições de identificar as informações que foram importadas ou exportadas de arquivos ou processos externos, demonstradas através de relatórios de fácil visualização.
- Possuir aplicativos móveis que possam ser instaladas em dispositivos móveis comuns (no mínimo Android), possibilitando o cadastramento de pontos georeferenciados, com e sem a necessidade de estabelecer conexão com a internet, utilizando-se de GPS do dispositivo.
- Possuir ferramentas móveis que possam ser instaladas em dispositivos móveis comuns (no mínimo Android), possibilitando a atuação nos dispositivos remotos com finalidade de acender, apagar e dimerizar lâmpadas.
- Possuir controle de acesso exclusivo com liberação específica para usuários com permissão de envio de comandos independente do acesso geral ao sistema.
- Possuir mecanismos de armazenamento de log de operações realizadas no sistema e o recebimento e gravação de mensagens oriundas da rede, bem como, um sistema de recuperação de informações em caso de falha no servidor principal.
- Possuir ferramenta para configuração e parametrização do banco de dados do sistema através de interface WEB, sem a necessidade de instalação de outros aplicativos que permita a extração de

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

dados do sistema através de ferramenta nativa, interativa, indicando quais os campos serão coletados e consequente geração de arquivos aptos a serem integrados em outros sistemas externos, bem como, a visualização dos dados gerados em no mínimo formato CSV.

- Possuir arquitetura que permita ser instalada e configurada de forma fácil em diferentes ambientes conforme definição do cliente. Deve suportar, de forma nativa, os padrões de conectividade HTTPS e mostrar o certificado de segurança instalado na própria página de acesso.
- Possuir a capacidade de operação de dispositivos com outras características instalados na mesma rede caracterizando uma estrutura de rede operada no conceito multi-aplicação.
- Deve possibilitar o uso de dispositivos de medição de consumo de energia elétrica instalado na mesma rede dos dispositivos de iluminação.

EQUIPAMENTO REMOTO

- Permitir a instalação de dispositivos individuais em luminárias de forma visível (sobre a luminária ou sobre uma base) e não visível (embutida em luminárias ou em postes)
- Permitir dimerização em luminárias com drivers que possuam tanto a tecnologia 1-10V quanto DALI no mesmo equipamento.
- Permitir a instalação em qualquer tipo de luminária, de qualquer modelo e fabricante, com reator interno ou externo, luminárias LED e convencionais.
- Permitir a instalação em postes e em luminárias decorativas e históricas de maneira interna sem que sua presença seja percebida.
- Os dispositivos devem se adaptar a qualquer tipo de instalação, podendo ser fotocélulas de 3 pinos (sem dimerização), 7 pinos (com dimerização, com medição real) ou através de sistema adaptável às instalações que devem ficar embutida nas luminárias ou ate mesmo dentro de postes (com dimerização, com medição real).
- Possuir mecanismo interno de configuração de execução de comandos. O dispositivo deve ser configurado para acionar e confirmar a execução de comandos.
- Possuir capacidade de armazenamento de mensagens. O dispositivo quando desconectado ou desligado da alimentação elétrica deve armazenar as informações e transmiti-las tão logo seja reconectado e também deve possuir capacidade de guardar os parâmetros de programação gravados em memória não volátil.
- Os dispositivos remotos de controle de IP devem possuir mecanismo de Dimerização (controle de intensidade luminosa) quando instalados em luminárias LED (o protocolo de acionamento e controle de dimerização das luminárias deve ser aberto e disponível).
- Os dispositivos remotos devem possuir mecanismo de detecção de mudança do status da lâmpada (transição do estado da lâmpada ao ligar e desligar) e devem enviar mensagem ao

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

servidor sempre que houver mudança.

- Os dispositivos remotos devem possuir mecanismo que permitam a configuração de intervalo de tempo de envio de mensagem automática. O tempo programado padrão deve ser definido pelo administrador do sistema e deve ser informado em minutos.
- Os dispositivos remotos devem enviar mensagens automáticas no intervalo de tempo programado contendo as seguintes informações (no mínimo):
 - Valor do medidor de Energia ativa (kWh) e reativa (kvar)
 - Consumo de corrente da lâmpada (em Amperes).
 - Consumo de corrente do conjunto de iluminação (em Amperes).
 - Tensão de alimentação/operação do dispositivo (em Volts)
 - Potência consumida (em Watts)
 - Intensidade luminosa programada (em percentual)
 - Status do equipamento (Aceso, Acendendo, Queimado, Apagado, Corrente elevada)
- Possuir mecanismos de medição eletrônica de consumo de energia elétrica integrados ao dispositivo de iluminação sem visualização externa com a finalidade de realizar medições de consumo individuais.
- Possuir mecanismo para detectar queda de energia, devendo então guardar a informação da data e horário da queda e transmitir quando religar e reconectar ao sistema.
- Possuir mecanismo de atualização de software embarcado através de mecanismo OTA (Over The Air) para que quando necessário, a atualização do firmware seja feita sem a necessidade de acesso físico ao dispositivo já instalado.
- Os dispositivos remotos devem enviar informações de indicadores de qualidade de energia quando solicitados via comando executado através do sistema contendo as seguintes informações:
 - Corrente e tensão,
 - Harmônicas,
 - RMS,
 - Quadraturas de tensão,
 - Referencias de seno e cosseno,
 - Relação Volt/Ampere (potência aparente),
 - Alarmes de variações mínimas e máximas de voltagem,
 - Frequência de tensão AC,
 - Surtos de tensão
 - Fator de potência
- Os dispositivos remotos devem enviar diagnósticos de sucesso e falhas armazenados internamente quando solicitados via comando executado através do sistema
- Os dispositivos remotos devem enviar as programações armazenadas internamente quando solicitados via comando executado através do sistema

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- Os dispositivos remotos devem enviar as configurações gravadas internamente quando solicitados via comando executado através do sistema
- Os dispositivos remotos devem enviar os dados de identificações armazenados internamente quando solicitados via comando executado através do sistema
- Os dispositivos remotos devem Indicar a presença de sensores externos quando conectados a ele (Por exemplo, sensor de temperatura, luminosidade) quando solicitados via comando executado através do sistema
- Os dispositivos remotos devem permitir múltiplos agendamentos diários com horário para ligar, desligar e dimerização (deve permitir no mínimo 4 agendamentos diários por dispositivo)

DISPOSITIVO MÓVEL DE OPERAÇÃO DA REDE

- O dispositivo móvel deve possuir capacidade de assumir e controlar de maneira contingencial toda a rede no caso de falha dos gerenciadores de rede.
- O dispositivo móvel deve ser capaz de se comunicar com a rede de dispositivos sem necessidade de plano de dados com operadoras.
- O dispositivo móvel deve ser capaz de permitir o mapeamento da rede de dispositivos (localização e identificação de dispositivos diversos na rede)
- O dispositivo móvel deve ser capaz de enviar comandos de consulta, comandos para ligar, desligar e dimerizar aos dispositivos da rede.
- O dispositivo móvel deve ser capaz de fazer a sincronização de eventos em tempo real com a aplicação servidor desde que dotados de comunicação (via 3G/4G ou wifi)
- O dispositivo móvel deve ser capaz de exportar os dados gravados para o servidor da aplicação ou para computadores pessoais quando conectados via Serviços celular, WiFi ou USB.
- O dispositivo móvel deve ser capaz de fazer a consulta de detalhes da instalação e da configuração do dispositivo na rede.
- O dispositivo móvel deve ser capaz de fazer a consulta de detalhes da instalação e configuração do dispositivo de rede junto ao servidor através de aplicativo de leitura de código de barras ou QRCode.
- Possuir aplicação móvel (APP) capaz de mostrar graficamente e através de listas a relação de dispositivos, devidamente separadas por status (acesos, apagados, em manutenção) bem como apresenta-los em mapa digital acessando diretamente o servidor.

EQUIPAMENTO GERENCIADOR DE REDE

- A rede deve gerenciar no mínimo 300 dispositivos remotos para cada gerenciador de rede.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- Os gerenciadores de rede devem permitir atualização de sistemas e configurações de parâmetros internos de forma remota.
- O gerenciador de rede deve ter capacidade de gerenciar dispositivos com versões de hardware e firmware diferentes na mesma rede (controle de legado).
- O gerenciador de rede deve possuir bateria com duração mínima de 6 horas de funcionamento em caso de queda de energia.
- O gerenciador de rede deve permitir conexões físicas diversas com a Internet (Ethernet/LAN, 3G, LTE)
- O gerenciador de rede deve possuir reconexão automática com o servidor da aplicação (watchdog para monitoramento de serviços do seu sistema operacional e testes de conectividade).
- O gerenciador de rede deve possuir monitoramento funcional dos serviços internos do seu sistema operacional (interface remota para visualização do estado dos serviços que rodam no gerenciador)
- O gerenciador de rede deve permitir a exportação de dados (logs dos serviços internos, estado das Redes, dados do Sistema Operacional, estatísticas de uso do hardware, interfaces de redes TCP/IP, conectividade da conexão com a Internet Móvel, dados da VPN).
- O gerenciador de rede deve alertar o Sistema de Gestão ao detectar anomalias no funcionamento (queda de energia, bateria com carga baixa, temperatura de operação fora do normal, memória interna cheia).
- O gerenciador de rede deve ter capacidade de armazenamento de no mínimo 100.000 mensagens no caso de perda de conexão com o servidor.
- O gerenciador de rede deve possibilitar o acesso remoto via VPN e SSH. A interligação com o servidor do sistema deve ser viabilizada de forma segura, garantindo a autenticação das partes interligadas e a criptografia dos dados que trafegarem entre elas mediante criação de uma rede privada virtual (VPN).

SOFTWARE DE TELEGESTÃO

- Permitir ao usuário com perfil de acesso de administrador, o cadastramento dos atributos dos pontos de iluminação e seus componentes de forma customizável. Deve possuir componentes nativos como tipo, grupo, modelo, característica e também permitir a inclusão de novos componentes a critério do cliente sem customização por meio de código fonte.
- Permitir o cadastramento dos dispositivos e posterior visualização em mapas georeferenciados, diferenciando-os por cores e formas que indiquem os atributos e os componentes do ponto de iluminação.
- Permitir a atualização automática do cadastro de iluminação a cada intervenção, permitindo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

rastrear os atributos originais.

- Possibilitar a integração de arquivos externos com informações do cadastro das instalações dos pontos de iluminação.
- O sistema deve permitir que o cadastramento dos atributos dos pontos e dos materiais aplicados possa ocorrer em lotes através de importação ou exportação de lista de dispositivos e seus componentes.
- Possuir controle de protocolo de envio de comandos. Cada comando de envio deve possuir um registro único no sistema
- Permitir controle e consulta de transmissões trocadas (enviadas e recebidas) com os dispositivos de rede instalados remotamente.
- Possuir cadastros interativos de fácil visualização de gerenciadores de rede, roteadores e equipamentos remotos de iluminação.
- Permitir controle de acesso e gestão de perfis de usuários.
- Possuir recursos de ajuda online, bem como, manuais em PDF disponíveis para download no site devidamente atualizados.
- Permitir através de acesso especial, restrito ao administrador do sistema, consulta de serviços dos gerenciadores de rede usando comunicação direta do sistema com os gerenciadores de rede.
- Possuir controle de códigos de erros possíveis no sistema (eventos gerados em todo o sistema).
- Possuir sistema de avisos de não conformidades de transmissões.
- Possuir demonstrativo de gestão do consumo por ponto e por grupo e por período de tempo:
 - Padrão (baseado no tempo determinado pela ANEEL – 11h52min),
 - Medido (consumo real medido por medidor interno),
 - Estimado (tempo real aceso).
- Possuir módulo de relatórios gerenciais, que permitam a visualização de mapas digitais e relatórios com demonstrativos sintéticos e analíticos, gráficos e funcionalidade que permitam a visualização georeferenciada dos pontos de iluminação.
- Possuir demonstrativo de gestão do tempo de operação das lâmpadas por ponto e por grupo e por período de tempo (no dia e no mês).
- Permitir filtrar no mapa os pontos de iluminação com determinado valor de atributo ou material que o compõe, consolidado por grupo ou individualmente e período de datas.
- Possuir demonstrativo de consulta dos pontos de iluminação de modo gráfico e analítico (mapas e relatórios), mostrando todas as suas características cadastradas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Permitir a configuração de parâmetros de operação dos dispositivos (tempo padrão, tarifa e metas) para fins estatísticos, bem como, demonstrar em formato de relatórios ou gráficos o acompanhamento do consumo conforme os parâmetros configurados.

O sistema de possuir uma central de alertas mostrando lâmpada apagada de noite e acesa de dia, lâmpada apresentando funcionamento defeituoso e consumo excessivo por ponto.

O sistema de permitir que através de um alerta seja possível gerar ORDEM DE SERVICO, bem como, o fechamento da OS através da indicação de CIENCIA do usuário.

O sistema deve agrupar alertas iguais num único registro ou ordem de serviço para facilitar o acompanhamento e o atendimento a esse alerta.

O sistema de permitir a consulta das transmissões por períodos (filtros por dispositivo, por grupo, por período)

O sistema deve gerar gráficos dos sensores lidos e enviados pelo dispositivo de iluminação (Por exemplo, corrente, consumo, status aceso e apagado, entre outros)

O sistema deve permitir o agendamento de comandos e programação dos dispositivos de iluminação.

O sistema deve possuir interface gráfica de envio de comandos individuais e em grupo para dimerizar, programar, ligar, desligar o dispositivo de iluminação.

O sistema deve possuir relatórios indicando a programação atual dos dispositivos de iluminação.

O sistema deve possuir capacidade de gerenciar dispositivos com diferentes versões de hardware e firmware (gestão de legado).

O sistema deve possuir capacidade de manter o vínculo dos dados relacionados ao ponto de iluminação instalado, independente da troca dos equipamentos do sistema (rastreadabilidade do ponto instalado).

O sistema deve permitir a validação dos pontos cadastrados através de dispositivos móveis, para garantir a integridade das informações coletadas e cadastradas.

O sistema deve possuir módulo de operação e manutenção que permita emitir e controlar todas as atividades corretivas e preventivas realizadas na instalação mantendo seu histórico de manutenções.

Possuir mecanismos de consulta e acesso rápido as informações através de relatórios, mapas e gráficos. Demonstrando através de gráficos e relatórios o consumo individual e em grupo num período informado. O consumo deve aparecer em KWH de forma individual e acumulado por dia.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Possuir mecanismos de consulta e acesso rápido as informações através de relatórios, mapas e gráficos. Demonstrar através de gráficos e relatórios as leituras individuais e em grupo num período informado.

Possuir mecanismos de consulta e acesso rápido as informações através de relatórios, mapas e gráficos. Demonstrando através de gráficos e relatórios as variações de status de ligado e desligado individual e em grupo num período informado.

Possuir mecanismos de consulta e acesso rápido as informações através de relatórios, mapas e gráficos. Demonstrando através de gráficos e relatórios as variações de tensão de alimentação individual e em grupo num período informado.

Possuir mecanismos de consulta e acesso rápido as informações através de relatórios, mapas e gráficos. Demonstrando através de gráficos e relatórios as variações de corrente individual e em grupo num período informado.

Possuir mecanismos de consulta e acesso rápido as informações através de relatórios, mapas e gráficos. Demonstrar através de mapas digitais interativos os dispositivos georeferenciados distintos por símbolos e cores que identifiquem sua aplicação bem como disponibilizar filtros rápidos para seleciona-los no próprio mapa sem a necessidade de sair da visualização do mapa atual.

Possuir mecanismo de confirmação de execução de envio de comandos.

SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE ALARMES E ORDEM DE SERVIÇOS

O sistema gera notificações de alertas automaticamente conforme regras programadas pelo administrador do sistema;

O sistema permite que se configure regras personalizadas para:

- Detectar lâmpadas queimadas
- Detectar lâmpadas acesas durante o dia
- Detectar lâmpadas apagadas durante a noite
- Detectar equipamentos com consumo de corrente muito alta
- Detectar equipamentos com variação de tensão fora dos padrões
- Detectar equipamentos sem comunicação

O sistema deve permite a verificação dos alarmes antes da geração das ordens de serviços.

O sistema fornece a opção de ciência sem geração de ordem de serviços de forma unitária ou em grupo.

Os alarmes têm opção de serem integrados a sistemas externos indicados pelo cliente.

O sistema tem de forma nativa a possibilidade de geração de ordem de serviço, bem como, seu envio para equipes de manutenção.

O recebimento de ordens de serviços pode ser recebido em sistemas acessados via web e também através de aplicativos especialmente feitos para sistemas móveis.

O sistema móvel permite que o fechamento da ordem de serviço seja feito no local do atendimento, como detecção automática do local através de sistemas de GPS.

O sistema de fechamento de ordem de serviço possibilita que as opções de atendimento sejam pré configuradas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

O sistema móvel de atendimento permite que o usuário registre em fotos o atendimento realizado.

O sistema móvel de atendimento permite que sejam relacionados os equipamentos e materiais usados na manutenção e ou troca dos equipamentos com defeitos.

O sistema de gestão possui controle de estoque para registro dos equipamentos e materiais que serão usados em manutenções

O sistema de materiais permite as operações de entrada e saídas de materiais do estoque com controle de quem autorizou e quem retirou

O sistema controla o retorno de material de campo permitindo a seleção de materiais que retornam para estoque, que serão avaliados, que serão descartados.

9. POSTES E BRAÇOS

9.1. CARACTERÍSTICAS DOS POSTES

Poste Telecomônico - Público Urbano - engastado - 10m de altura útil - para 1 luminária - Tipo 1:

Poste de aço 10m de altura útil, sendo tronco telecomônico reto engastado com diâmetro externo na base de 127mm e diâmetro externo no topo do poste de 60,30mm, todo conjunto confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020 espessura mínima de 3mm, furo de 25mm conforme figura A.16 da NBR 14.744/01. A fixação do poste será feito através de engastamento de 1.000mm dentro do solo, para proteção contra corrosão, as peças deverão ser submetidas a galvanização a quente, após todas as operações industriais, bem como furações, dobras e soldagem conforme NBR 6323, contendo núcleo central para encaixe no topo do poste e aplicação de uma, duas, três ou quatro luminárias com encaixe de 60mm.

Comprimento total: 11m (10m de altura livre + 1m para engastamento).

Espessura mínima do Poste: 3mm

Área vélica: 40 dcm/2.

Carga no topo: 50 kg.

Fecha máxima admissível: 4%.

Tensão de ruptura: 4.320 kgf.

Poste Telecomônico - Público Urbano - engastado - 10m de altura útil - para 2 luminárias - Tipo 2:

Poste de aço 10m de altura útil, sendo tronco telecomônico reto engastado com diâmetro externo na base de 127mm e diâmetro externo no topo do poste de 60,30mm, todo conjunto confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020 espessura mínima de 3mm, furo de 25mm conforme figura A.16 da NBR 14.744/01. A fixação do poste será feito através de engastamento de 1.000mm dentro do solo, para proteção contra corrosão, as peças deverão ser submetidas a galvanização a quente, após todas as operações industriais, bem como furações, dobras e soldagem conforme NBR 6323, contendo núcleo central para encaixe no topo do poste e aplicação de uma, duas, três ou quatro luminárias com encaixe de 60mm.

Comprimento total: 11m (10m de altura livre + 1m para engastamento).

Espessura mínima do Poste: 3mm

Área vélica: 40 dcm/2.

Carga no topo: 50 kg.

Fecha máxima admissível: 4%.

Tensão de ruptura: 4.320 kgf.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Poste Telecônico - Público Urbano - engastado - 12m de altura útil - para 1 luminária - Tipo 3:

Poste de aço 12m de altura útil, sendo tronco teleconico reto engastado com diâmetro externo na base de 152mm e diâmetro externo no topo do poste de 60,30mm, todo conjunto confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020 espessura mínima de 3mm, furo de 25mm conforme figura A.16 da NBR 14.744/01. A fixação do poste será feito através de engastamento de 1.500mm dentro do solo, para proteção contra corrosão, as peças deverão ser submetidas a galvanização a quente, após todas as operações industriais, bem como furações, dobras e soldagem conforme NBR 6323, contendo núcleo central para encaixe no topo do poste e aplicação de uma, duas, três ou quatro luminárias com encaixe de 60mm

Comprimento total: 13,5m (12m de altura livre + 1,5m para engastamento).

Espessura mínima do Poste: 3mm

Área vélica: 40 dcm/2.

Carga no topo: 50 kg.

Fecha máxima admissível: 4%.

Tensão de ruptura: 4.320 kgf.

9.2. CARACTERÍSTICAS DOS BRAÇOS

Os braços deverão seguir as especificações técnicas e dimensionais do **Padrão AES ELETROPAULO:**

BPC – Braço Curto

BPM – Braço Médio

BPN – Braço Normal

10. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

10.1. Iniciar os serviços até 10 dias após o recebimento da Ordem de Serviços, disponibilizando mão-de-obra qualificada para prestar os serviços de forma ininterrupta, incluindo finais de semana e feriados.

10.2. Apresentar, quando do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, Plano de Trabalho discriminando, de forma clara e precisa, as responsabilidades de todos os profissionais, inclusive, nas hipóteses de situações emergenciais;

10.3. Entregar a PREFEITURA, nos prazos determinados, os documentos necessários a medição dos serviços executados, assim como BO's que comprovem as ocorrências de furtos, vandalismos ou abalroamentos;

10.4. Apresentar à PREFEITURA, antes do início de suas atividades e quando houver qualquer alteração no quadro de funcionários, relação do pessoal que irá prestar os serviços objeto da contratação;

10.5. Responsabilizar-se isoladamente pelo transporte do pessoal utilizado em serviço, inclusive passagens aéreas, hospedagem e diárias, quando o profissional necessário ao serviço for de outro Estado, bem como de outros benefícios previstos na legislação;

10.6. Entregar de forma impressa e encadernada em capa dura todos os relatórios para arquivo na PMM, e cópia digital em arquivo editável.

10.7. Responder isoladamente pelas despesas de salários e vantagens e ainda as decorrentes de acidentes de que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

10.8. Assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e/ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais vigentes durante a execução dos serviços e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive, com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato e da execução dos serviços previstos;

10.9. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à PMI e/ou a terceiros, mesmo que não caracterizada a má-fé, o dolo, a negligência ou a imperícia profissional de seus funcionários durante os serviços;

10.10. Comunicar por escrito à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato anormal ou dano, verificado no local da prestação de serviço pactuado, no primeiro dia útil subsequente à ocorrência;

10.11. Responsabilizar-se pela conduta de seus funcionários, durante as horas de trabalho, de forma que os mesmos mantenham o devido respeito e cortesia no seu relacionamento com os servidores da CONTRATANTE e com os Munícipes;

10.12. Permitir que a CONTRATANTE fiscalize, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, ficando-lhe assegurado o direito de aceitá-los ou não;

10.13. Proceder à substituição do profissional que não demonstre possuir as habilidades indispensáveis à execução das tarefas ou revele comportamento inconveniente ou insatisfatório ao pleno desempenho dos encargos que lhe forem confiados, no prazo máximo de 5 dias úteis após solicitação da CONTRATANTE;

10.14. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos advindos da paralisação parcial ou total dos trabalhos, por culpa a si imputável;

10.15. Comprometer-se a cumprir todas as Condições Gerais de Segurança e Medicina do Trabalho, sob pena de rescisão ou outras penalidades contratuais, a critério da CONTRATANTE e em conformidade com a legislação em vigor;

10.16. Exercer as suas atividades nos limites do Município de RIBEIRÃO PIRES, e identificar todos os seus veículos destinados aos serviços previstos neste Edital com os dizeres: "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES";

10.17. Comprometer-se, por si e por seus funcionários, a não revelar ou divulgar a terceiros, por quaisquer meios, informações obtidas em decorrência da realização dos serviços objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

10.18. Apresentar, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, quaisquer documentos dos profissionais vinculados aos serviços oriundos desta contratação;

10.19. Obedecer às normas de segurança relativas à confiabilidade dos sistemas e à manutenção da integridade dos dados;

10.20. Registrar os Boletins de Ocorrência Policial (BO) de todo evento de furto, vandalismo ou abaloamento, sem nenhum custo para a CONTRATANTE;

10.21. Detalhar e repassar todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

10.22. Os erros de implementação deverão ser corrigidos pela licitante vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir da data de comunicação feita pela CONTRATANTE, à exceção dos serviços em produção cujo prazo será definido no acordo de nível de serviço;

10.23. O prazo de garantia de cada serviço implementado/executado através desta contratação será de um ano, contado a partir da implantação, sem custos adicionais para a CONTRATANTE;

10.24. Todas e quaisquer correções provocadas por erros de implementações nos serviços executados pela licitante vencedora, durante a vigência do Termo de Compromisso, deverão ser realizadas, sem custos adicionais para a CONTRATANTE;

10.25. A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Termo de Compromisso, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto desta contratação;

10.26. Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela licitante vencedora deverão ser absolutamente novos. A constatação pela Fiscalização de, no âmbito de uma autorização de serviço, qualquer ocorrência em desacordo com o aqui expresso, constituirá falta grave, sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas, além de obrigá-la a fornecer mão-de-obra necessária para verificação pela Fiscalização de todos os materiais e equipamentos aplicados, referentes à autorização em questão. Todos os materiais e equipamentos caracterizados como irregulares nesta verificação

10.27 - Segurança e Medicina do Trabalho

10.27.1. Antes de iniciar os trabalhos a licitante vencedora deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização competente, cópia dos seguintes documentos:

a) Procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal, em papel timbrado da empresa;

b) PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);

c) PCMSO – NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

d) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) dos funcionários que estarão vinculados ao contrato;

e) Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina dos Trabalhos específicos para o Objeto do contrato (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme item 1.7 da NR 1;

f) Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas para cada curso, conforme previsto no Anexo III da NR 10;

g) Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

h) Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 4 e NR 5), com telefone, endereço, etc.,

10.27.2. Durante a execução dos Trabalhos, a licitante vencedora deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização da PREFEITURA, os seguintes documentos:

a) Em caso de acidente de trabalho, a licitante vencedora deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho), providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMT, investigação do acidente pela CIPA;

B) No caso de acidente grave ou fatal a licitante vencedora, além das medidas de socorro cabíveis, deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização da CONTRATANTE.

10.27.3. Mensalmente a licitante vencedora deverá apresentar, até o segundo dia útil, o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

a) Número de funcionários em serviço;

b) Número de acidentes pessoais e materiais;

c) Número de homens/horas trabalhadas;

d) Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;

e) Número de inspeções de segurança realizadas;

f) Número de cursos/treinamentos realizados;

g) Composição do SESMT e da CIPA;

10.28. Destinação Final de Resíduos do SIP

10.28.1. Os materiais e/ou resíduos enquadrados na Lei de Crimes Ambientais N° 9605 de 12/02/1998 e legislação complementar, tais como Lâmpadas de Descarga, deverão ter seus processos de descarte realizados sob exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

10.28.2. Todas as lâmpadas de descarga retiradas do parque de iluminação pública, por terem atingido o final da sua vida útil ou por outro motivo qualquer, em hipótese alguma deverão ser quebradas, devendo ser enviadas às empresas de reciclagem, credenciadas por Órgão Ambiental competente.

10.28.3. A licitante vencedora deverá apresentar para a CONTRATANTE um Certificado de Destinação Final, a cada 30 dias, que deverá ser arquivado juntamente com as medições dos serviços de manutenção.

10.28.4. Enquanto os materiais permanecerem em poder da licitante vencedora, esta se responsabilizará pelo correto procedimento de manuseio (retirada/coleta), acondicionamento, transporte, armazenagem, até sua destinação final, devendo, às suas expensas, segurá-los contra todos os riscos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

10.28.5. Qualquer material retirado da iluminação pública, exceto lâmpadas, deverá ser encaminhado, no prazo de 30 (trinta) dias, ao ALMOXARIFADO da Prefeitura de RIBEIRÃO PIRES, em formulário apropriado, podendo ser em grupo de mesma natureza, dando informações detalhadas quando necessário, para que possam ser reciclados, reaproveitados ou leiloados.

11. MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

11.1. Os valores dos serviços e de materiais são os constantes da Planilha Orçamentária e as medições serão efetuadas conforme abaixo:

a) as medições serão mensais, nos quais serão medidos os serviços efetivamente realizados no mês, e serão concluídas sempre no último dia útil do mês em questão.

11.2. Após a aprovação das medições, a licitante vencedora apresentará a fatura correspondente ao CONTRATANTE com os valores mensais devidos, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

11.3. A fatura não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à licitante vencedora para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido para aprovação, a partir da data de sua reapresentação.

11.4. A devolução da fatura não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante vencedora suspenda a execução dos serviços.

11.5. A CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

12. ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

12.1. A licitante vencedora deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões necessários dos quantitativos originalmente contratados, de acordo com o artigo 65, da Lei nº 8666/93.

13. GESTÃO CONTRATUAL

13.1. A CONTRATANTE designará o Fiscal do Termo de Compromisso, o qual além das responsabilidades normais de fiscalização, também será o responsável pelo acompanhamento dos indicadores de desempenho, dos planos de ação, e da verificação da autenticidade das informações prestadas.

13.2. Caberá à licitante vencedora a disponibilização de todas as informações solicitadas pelo Fiscal.

13.3. Mensalmente, na última segunda-feira do mês ou no dia subsequente, em caso de feriado, deverá ocorrer uma reunião de avaliação de resultados na sede da CONTRATANTE, com a presença do Coordenador representante da licitante vencedora, do Fiscal do Contrato e outros profissionais convocados pelo Fiscal do Contrato. Esta reunião será registrada em ATA assinada por todos e arquivada na PREFEITURA.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

13.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Termo de Compromisso. Para início de execução dos serviços será emitida pela Secretaria de Serviços Urbanos, Ordem de Início dos Serviços, no prazo de até 10 dias, contados da data de assinatura do Termo de Compromisso.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IV

MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

A empresa....., inscrita no CNPJ/CGC/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., tendo como representante legal o(a) Sr(a)(citar o cargo), CREDENCIA o(a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade nº....., para representá-la perante a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP, na licitação **Pregão nº ____/19**, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, manifestação quanto à intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

(local, data)

.....
Nome/assinatura
Cargo

Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO N.º 040/2019

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de efficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires -SP.

A empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, e Inscrição Estadual nº _____, situada na _____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu _____ (representante legal / sócio / procurador), o(a) Sr.(a) _____ (nome), portador do RG _____ e CPF _____, em atenção ao edital do Processo Licitatório supra mencionado, **DECLARA** o pleno atendimento aos requisitos de habilitação, estando ciente que, constatada a inveracidade de quaisquer das informações e/ou de documentos fornecidos, poderá sofrer as sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/02.

(local, data)

.....
Nome/assinatura
Cargo

Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES.**

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO Nº 2124/2019

PREGÃO Nº 040/2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2019.

(assinatura do representante legal)

Observações:

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VI - DECLARAÇÃO

REF.: Edital Pregão Presencial nº 040/2019

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação no edital de PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/19, promovida pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, que:

a) não existe impedimentos para contratar com a Administração Municipal;

b) para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

c) Indicação de quem assinará o termo de contrato na hipótese de sagrar-se vencedor:

Pelo COMPROMISSÁRIO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

(Local), ____ de _____ de 2019.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Observação: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VIII

Declaração de destinação final de materiais

REF: Edital do Pregão Presencial nº 040/2019

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr.(a) _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, em atendimento à legislação ambiental, que todos os materiais e equipamentos refugados e agressivos ao meio ambiente serão adequadamente enviados à entidades devidamente credenciadas e habilitadas à reciclagem e descontaminação dos mesmos, sendo estes locais, sempre que solicitados, informados à Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires-SP.

(Local), __ de _____ de 2019.

(Carimbo e Assinatura)

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IX – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2019

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone n. _____, fac-símile n. _____, por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, e do CPF n. _____, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires-SP, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente. (Local), ____ de _____ de 2019.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

(NOME DA EMPRESA)

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL (OBRAS/PREFEITURA RIB. PIRES)

Cargo Completo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE TEM CONHECIMENTO DOS LOCAIS

REF.: Edital Pregão Presencial nº 040/2019

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao item 2.3 do edital, que tem conhecimento dos locais onde serão executados os serviços, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura, não existindo nenhuma dúvida sobre o trabalho a ser executado, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL e na minuta de COMPROMISSO.

(Local), ____ de _____ de 2019.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO XI – MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º.....

PROCESSO DE COMPRAS N.º 2124/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/19

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de efficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires -SP.

COMPROMISSÁRIO:

PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO:

VALOR:

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e dezesseis, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de direito público interno, com sede no Paço Municipal, localizado na Rua Miguel Prisco n.º288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Serviços Urbanos, Sr. Diogo Dantas Manera, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, estabelecida na _____, bairro, cidade, estado, CEP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____.____/____-____, daqui por diante denominado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade RG. n.º _____, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes nesta Ata.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente ata de registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de efficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia LED, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires -SP.

Cláusula Segunda - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços compreendidos nesta Ata são os constantes da Planilha de preços unitários - Anexo I, do Edital de Pregão Presencial, e serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

2.2. Todos os serviços executados deverão estar de acordo com as normas vigentes da ABNT.

2.3. O Compromissário obriga-se a executar **até 05 (cinco)** Ordens de Serviço **SIMULTANEAMENTE**, sendo-lhe facultada a aceitação de Ordens de Serviço em maior número.

2.4. O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar junto à Secretaria de Serviços Urbanos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após o recebimento de cada ordem de Serviço, o número da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do Engenheiro responsável, Preposto e Residente e cópia do recibo correspondente.

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Compromisso.

3.1.1. Durante o prazo de validade deste compromisso, o COMPROMISSÁRIO estará obrigado a executar os serviços à CONTRATANTE, sempre que por ela for exigido.

Cláusula Quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução da ata de registro de preços, correrão por conta da dotação orçamentária sob o n.º 3.3.90.39.00 15.451.0021.2.212 para o exercício de 2019 e para o exercício vindouro em dotação específica, podendo ainda, ser utilizado para atender repasses Estaduais, Federais e outros.

Cláusula Quinta - DOS PREÇOS E REAJUSTES

5.1. Os preços registrados para a execução dos serviços e fornecimentos, especificados na Cláusula Primeira, serão aqueles constantes da Proposta e Planilha de Quantidades e Preços, apresentadas pelo COMPROMISSÁRIO, com data base correspondente à data da apresentação da proposta.

5.2. Os preços remunerarão todas as despesas com a execução do objeto, e deverão compreender todos os custos com materiais, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas, constituindo-se, a qualquer título, a única e completa remuneração pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

5.3. O(s) preço(s) referido(s) no item 5.1. deste termo não será(ão) objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, dentro do prazo de 12 (doze) meses.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Cláusula Sexta - DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. O (s) preço(s) unitário(s) dos materiais objeto do presente, será(ão) o(s) constantes da Ata de Registro de Preços como parte integrante do presente Termo de Compromisso.

6.2. Para recebimento do pagamento pela execução do(s) serviço(s), o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR emitirá as respectivas faturas.

6.3. A CONTRATANTE, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da apresentação da medição pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, deverá proceder seu exame, aprovando-o, e liberando a seguir para o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR poder expedir as respectivas faturas.

6.4. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

6.5. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação a Nota Fiscal Eletrônica – NFE, conforme determinação da SEFAZ (Secretaria da Fazenda Paulista), no que se refere a venda a órgãos públicos.

6.6. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal, emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta do interessado, que deverá ser fornecido pelo mesmo por escrito.

6.7. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste, o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no Termo de Compromisso até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

6.8. Nenhum pagamento isentará o COMPROMISSÁRIO da responsabilidade pelos serviços executados ou implicará em sua aceitação.

6.9. O COMPROMISSÁRIO será o único e exclusivo responsável pelo recolhimento dos tributos e contribuições incidentes sobre a execução da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Sétima - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

7.1. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços e pelo fornecimento dos materiais, de acordo com as normas técnicas vigentes e disposições do Edital, utilizando seus próprios recursos humanos materiais e equipamentos obrigando-se à:

7.1.1. Instalar, operar e manter em perfeito estado de funcionamento e segurança as suas exclusivas expensas, todos os equipamentos que compuserem a execução dos serviços, conforme orientação e supervisão da CONTRATANTE e obedecendo recomendações estabelecidas pela mesma;

7.1.2. Manter no local de execução dos serviços, o número suficiente de empregados, devidamente contratados nos termos da legislação vigente;

7.1.3. O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar à CONTRATANTE, juntamente com a solicitação de aprovação da medição, relação contendo todos os nomes e números dos documentos de identidade dos funcionários que prestaram serviços no mês referente ao pagamento solicitado, para

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

conferência pela Secretaria de Finanças do Município dos documentos apresentados, previamente ao pagamento previsto no item 6.4;

7.1.4. Obrigar seus empregados a utilizarem identificação pessoal quando estiverem a serviço, nas dependências da CONTRATANTE;

7.2. Os empregados do COMPROMISSÁRIO deverão se apresentar no trabalho devidamente uniformizados e identificados, com bom aspecto de asseio e higiene, e paramentados com os EPI's;

7.3. A ata de registro de preços será executada sob inteira responsabilidade do COMPROMISSÁRIO que utilizará seus próprios recursos humanos, materiais e equipamentos;

7.4. Em caso de subcontratação, o COMPROMISSÁRIO será o único responsável pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições da Ata, desde que autorizado pela CONTRATANTE.

7.5. O COMPROMISSÁRIO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. (Art. 70 da Lei 8.666/93).

7.6. O COMPROMISSÁRIO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata. (Art. 71 da Lei 8.666/93).

7.7. A inadimplência do COMPROMISSÁRIO, com referência aos encargos estabelecidos no item 7.6, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da ata de registro de preços ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Art. 71 da Lei 8.666/93, § 1º).

7.8. O COMPROMISSÁRIO obrigar-se-á a manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.9. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a cumprir e fazer cumprir as normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho;

7.10. Responsabilizar-se pela manutenção dos equipamentos eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE;

7.11. Substituir imediatamente qualquer componente da sua equipe técnica, caso a CONTRATANTE julgue que o mesmo não esteja cumprindo satisfatoriamente o trabalho a ele atribuído;

7.12. Manter, por si e por seus profissionais, durante e após o período de vigência da referida Ata de Registro de Preços, completo sigilo sobre dados, informações e detalhes obtidos durante a execução dos serviços, bem como não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização por escrito, respondendo civil e criminalmente pela inobservância dessas obrigações;

7.13. Submeter-se às fiscalizações levadas a efeito pela CONTRATANTE, bem como pelos órgãos fiscalizadores pertinentes, durante toda a vigência da Ata;

7.14. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a indicar seu preposto para representá-la perante a CONTRATANTE, em tudo que se relacionar com o objeto deste Edital;

7.15. Para a execução do objeto desta Ata, o COMPROMISSÁRIO deverá observar todas as condições e normas dispostas na ordem de serviço;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas custas eventuais irregularidades, imperfeições ou defeitos constatados nos serviços executados e/ou fornecimento, até 90 (noventa) dias após o recebimento;

7.17. Responder civil e criminalmente pela segurança dos serviços e de seus empregados;

7.18. Responder em caso de paralisação não autorizada dos serviços.

7.19 . Não poderá o COMPROMISSÁRIO paralisar os serviços em decorrência de retenção de pagamentos causados por ele, por desatendimento ao disposto na cláusula 7.1.3.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Notificar o COMPROMISSÁRIO de qualquer irregularidade encontrada na execução da Ata de Registro de Preços;

8.2. Fiscalizar o mesmo, da melhor maneira que lhe convenha, podendo em decorrência solicitar, a esta, providências, a qual atenderá ou justificará de imediato;

8.3. Oferecer instalações com condições necessárias a execução dos serviços;

8.4. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento da Ata de Registro de Preços;

8.5. Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações dos usuários;

8.6. Efetuar os pagamentos de acordo com o previsto na Ata de Registro de Preços, observando criteriosamente o disposto no item 7.1.3;

8.7. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;

8.8. Indicar funcionário da CONTRATANTE para representá-la, que figurará como gestor da Ata de Registro de Preços, o qual será responsável pela fiscalização dos serviços e/ou fornecimento;

8.9. Verificar e aprovar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.10. Emitir as ordens de serviços, incluindo as específicas, que à critério da Fiscalização sejam necessárias.

Cláusula Nona- DAS PENALIDADES

9.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte do COMPROMISSÁRIO das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10% (dez por cento) do valor do contrato.

9.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha o COMPROMISSÁRIO concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

9.1.2. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo período de até 05 (cinco) anos,

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

caso praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.1.3. Declaração de inidoneidade, quando o COMPROMISSÁRIO deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

9.1.4. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

9.4. A aplicação das penalidades e/ou sua dispensa são de competência da Secretaria de Administração, precedidas de manifestação do responsável, titular da unidade orçamentária, bem como do técnico responsável pela Fiscalização;

9.5. A inexecução total ou parcial do presente compromisso de execução de serviços acarretará na tomada das seguintes sanções contra o COMPROMISSÁRIO:

9.5.1. advertência;

9.5.2. multa;

9.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 05 (cinco) anos;

9.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitado o disposto no artigo 87, IV, da Lei n.º 8.666/93;

9.6. Será garantido ao COMPROMISSÁRIO o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso;

9.7. O valor das multas aplicadas será deduzido do pagamento do mês de referência dos serviços executados, a que fizer jus o COMPROMISSÁRIO.

9.8. Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do COMPROMISSÁRIO que deverá pagá-las no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

9.9. É vedado a utilização de mão de obra infantil, na execução dos serviços, considerando como tal o uso de trabalhadores com idade inferior a 14 (quatorze) anos.

Cláusula Décima - DA RESCISÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida pela CONTRATANTE de pleno direito, nos casos previstos pelos artigos 77 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.2. A rescisão da Ata de Registro de Preços, unilateralmente, pela CONTRATANTE, acarretará as consequências previstas no art. 80, da Lei Federal n.º 8.666/93, em especial:

10.2.1. Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços, por ato próprio da CONTRATANTE, lavrando-se termo circunstanciado;

10.2.2. Ocupação e utilização dos locais, instalações, equipamentos, materiais, veículos e pessoal empregados na execução da Ata de Registro de Preços, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente;

10.2.2.1. Caso não ocorra a devolução, prevista na cláusula 10.2.2., caberá ressarcimento, mediante prévia avaliação;

10.2.3. Responsabilização por prejuízos causados à CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATANTE poderá assumir a execução dos serviços e/ou fornecimento independentemente da rescisão da Ata, na hipótese do COMPROMISSÁRIO não conseguir deter

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

movimento grevista, legal ou não, que paralise ou reduza os trabalhos, por um período superior a 72 (setenta e duas) horas, podendo, após esse prazo, operar os equipamentos do COMPROMISSÁRIO com seu pessoal, por conta e risco desta.

10.4. A Ata poderá, ainda, ser rescindido pela CONTRATANTE após a conclusão, em processo administrativo, da prática de qualquer ato ilícito de natureza grave pelo COMPROMISSÁRIO, seus responsáveis ou funcionários, relacionado à execução da Ata.

Cláusula Décima Primeira - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto da Ata será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

11.2. A Fiscalização, ao considerar o objeto da Ata concluído, comunicará o fato ao Gestor da Ata, mediante relatório circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

11.3. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado pela Administração, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias após o Termo de Recebimento Provisório que comprove a adequação do objeto aos termos da Ata.

11.4. A responsabilidade do COMPROMISSÁRIO pela qualidade, correção e segurança do objeto executado, subsistirá na forma da Lei, mesmo após seu Recebimento Definitivo.

Cláusula Décima Segunda - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

12.1. O COMPROMISSÁRIO deve obedecer em seu trabalho, as determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3124 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

12.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados na Ata de Registro de Preços, deverão estar uniformizados com roupas profissionais, paramentados com os EPI's e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

12.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

12.1.3. Transmitir-lhes claramente, as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

12.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

12.2. Para cumprir às normas de segurança do trabalho o COMPROMISSÁRIO deverá:

12.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas as peculiaridades dos serviços;

12.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

12.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

12.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

12.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

12.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pelo serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

Cláusula Décima Terceira - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Para efeitos obrigacionais tanto o Edital da Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/19**, quanto a proposta nela adjudicada, bem como a **Ata de Registro de Preços n.º ____/19**, integram o presente compromisso de prestação de serviços, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, ____ DE _____ DE 2019.

DIOGO DANTAS MANERA
Secretário de Serviços Urbanos

COMPROMISSÁRIO

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
RG

2) _____
NOME:
RG

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO XII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: _____

COMPROMISSÁRIO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de engenharia elétrica, para executar obras de eficientizações e expansões no parque de iluminação pública com fornecimento e instalação de luminárias públicas urbanas tecnologia led, controladas através de sistema de telegestão e demais equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços, em vias e praças públicas do Município de Ribeirão Pires - SP.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pelo COMPROMISSÁRIO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

ANEXO XIII

DECRETO DE NOMEAÇÃO